



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGUERA

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CADERNO DE QUESTÕES

PROFESSOR DE HISTÓRIA

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no processo seletivo simplificado.

2. **O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

Grandes resultados nascem da disciplina diária.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo simplificado no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

O retorno do limite

A queda de Maduro restabelece uma verdade elementar da política internacional que o mundo tentou esquecer: ordem não nasce do consenso; nasce da capacidade de impor limites quando o consenso fracassa

Ana Paula Henkel
09 jan 2026

Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado. Em maio de 2011, já sob Barack Obama, forças especiais dos Estados Unidos entraram em território paquistanês para eliminar Osama bin Laden, o homem mais procurado do mundo.

Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento. Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo. Três presidentes, três operações cirúrgicas, três decisões tomadas sem consulta prévia ao Congresso – e apenas uma delas passou a ser tratada como escândalo institucional. A operação que levou Maduro sob custódia americana não inaugura uma era. Ela encerra um intervalo.

A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe. Ele não é obscuro nem controverso. Ele é histórico. Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso como se isso fosse um ato inédito. Não é.

Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de “golpismo institucional”. Ao contrário: as ações foram entendidas como exercício legítimo do poder executivo em defesa da segurança nacional.

Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, a legitimidade menos ainda. O que mudou não foi o procedimento. Foi o presidente. [...] O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético. Trump não se encaixa no imaginário moral da imprensa progressista. Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional. Essa inversão revela mais sobre quem acusa do que sobre quem decide.

Nicolás Maduro não era apenas um ditador autoritário à frente de um estado falido. Ele comandava um regime integrado ao narcotráfico internacional, sustentado por redes transnacionais de crime, com proteção ativa de potências adversárias dos Estados Unidos. A Venezuela havia se tornado um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, passando por Havana, Teerã, Moscou e Pequim. Ignorar isso é fingir que o mundo de 2026 ainda é o de 1996. [...]

A Doutrina Monroe (1823)

Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina Monroe estabeleceu um princípio simples e

duradouro: o Hemisfério Ocidental não estaria mais aberto à colonização ou interferência de potências europeias. Em troca, os Estados Unidos se comprometeriam a não intervir nos assuntos internos do Velho Mundo. Não era um gesto imperial, mas defensivo. A jovem república americana afirmava que sua segurança dependia da estabilidade estratégica de seu entorno imediato – uma noção elementar de soberania em um sistema internacional ainda regido pela força.

Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada, expandida e, por vezes, instrumentalizada, mas seu núcleo permaneceu intacto: nenhuma grande potência tolera a consolidação de adversários estratégicos em sua vizinhança direta. O que muda não é o princípio, mas o método. Em 2026, a captura de Nicolás Maduro não revive a Doutrina Monroe em sua forma original; ela reafirma sua lógica essencial em um mundo multipolar, no qual a disputa não se dá mais por colônias formais, mas por infraestrutura crítica, influência política e controle indireto de Estados falidos. [...]

A captura de Maduro não representa assim uma reedição caricata da Doutrina Monroe do século 19. Representa algo mais direto: o reconhecimento de que nenhuma potência pode permitir que seu entorno estratégico imediato se transforme em base avançada de adversários globais. Não se trata de imperialismo. Trata-se de geopolítica elementar.

China, Rússia e Irã avançaram na América Latina porque puderam. Avançaram porque encontraram vácuos. Avançaram porque, durante anos, os Estados Unidos hesitaram, recuaram ou se limitaram a sanções simbólicas. A Venezuela foi o laboratório mais avançado desse processo. A operação que capturou Maduro é, nesse sentido, um freio de arrumação – tardio, mas inequívoco. [...]

A América Latina: antes e depois

Antes da captura de Maduro, a América Latina vivia uma fragmentação silenciosa. Governos ideologicamente alinhados a regimes autoritários conviviam com democracias frágeis, enquanto a influência chinesa crescia de forma constante, pouco contestada.

Depois da operação, o cenário mudou. Não porque todos passaram a apoiar Washington – não passaram –, mas porque a ilusão de que os Estados Unidos haviam abdicado do hemisfério caiu por terra. A região voltou a ser estratégica. E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças. [...]

Na Europa, a reação foi previsível: preocupação formal, condenações retóricas, apelos à legalidade internacional. O continente, cada vez mais dependente da proteção americana, vive o paradoxo de criticar aquilo que o sustenta. Na Ásia, o recado foi entendido com mais clareza. Precedentes importam. A ideia de que líderes ou estruturas fora do território americano estão automaticamente protegidos por formalismos jurídicos foi relativizada.

O mundo entrou, definitivamente, em uma fase pós-ilusória. A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações. A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar. Não por nostalgia de um passado imperial, mas por reconhecimento de que a liberdade não se sustenta sozinha – ela exige guardiões dispostos a agir.

O mundo que emerge após janeiro de 2026 é menos confortável para ditadores, menos previsível para burocracias



internacionais e mais exigente para aliados hesitantes. É um mundo em que a aposta na erosão lenta das democracias passa a ter custo real; em que a simetria moral entre regimes livres e regimes autoritários se torna insustentável; e em que o Hemisfério Ocidental volta a ser entendido não como zona neutra, mas como espaço civilizacional.

A História não voltou por nostalgia. Voltou porque foi chamada, voltou por omissão, por excesso de tolerância, por esquecimento das lições mais básicas do poder. E, desta vez, ela bateu à porta com força suficiente para ser ouvida de leste a oeste.

Fonte: HENKEL, Ana Paula. *O retorno do limite*. <https://revistaeste.com/revista/edicao-304/o-retorno-do-limite/>

01. A partir da leitura do texto e das ideias expostas pela articulista, infere-se de modo incorreto o que se faz presente em:

- A imposição da força militar se faz necessária para o estabelecimento da ordem, quando a anuência entre estados não alcança o resultado esperado por meio de sanções diplomáticas inócuas às pretensões de autocratas.
- O precedente histórico de ações americanas contra ditadores e terroristas legitima o pensamento favorável à prisão de Nicolás Maduro, na medida em que tais atos se justificam pela existência de um mecanismo legal que desobriga o chefe do executivo de consulta ao Congresso em tais situações.
- Segundo a autora, houve tentativa de manipulação dos fatos por parte de um segmento midiático que tentou omitir precedentes históricos e instrumentos jurídicos sobre a captura do ditador citado, a fim de manchar a reputação do atual governo junto à opinião pública.
- A ação contra o ditador Nicolás Maduro representa a efetivação da lógica essencial da Doutrina Monroe quanto aos interesses de defesa da segurança estadunidense, contudo, em um outro formato, mais ligado à geopolítica atual que se estabelece pela infraestrutura crítica e influência diplomática sobre estados falidos.
- A prisão de Nicolás Maduro possui justificativa Constitucional americana a qual, desde a Doutrina Monroe no século 19, prescinde de mecanismos legais para a ação unilateral do país contra qualquer sinal de ameaça à sua segurança nacional.

02. Analise as afirmações abaixo sobre o texto I antes de julgar o que se pede.

- Ao ler o título bem como o restante do texto, percebe-se, enquanto defesa autoral, a linha crítica de que certas situações de apatia política exigem repostas firmes por parte de potências globais indiscriminadamente.
- Mostra-se limitado e superficial o entendimento de que o ditador Nicolás Maduro representasse apenas a imagem de um tirano insensível ao bem-estar do seu povo. Na verdade, revelou-se que a ligação entre o déspota e países rivais ao Estado Americano era muito mais estreita quanto ao narcotráfico e à rede de crimes transnacionais.
- A ação que levou à captura de Nicolás Maduro representa o fim da interrupção de ações militares já praticadas pelos Estados Unidos ao longo de sua história, em nome da sua segurança nacional.
- O texto, baseando-se na análise imparcial da mídia progressista, propõe que se redescubra a Constituição americana por considerar golpismo institucional a prisão do líder venezuelano sem consulta prévia ao Congresso local.
- A Venezuela estava inclusa no grupo de países cuja fraqueza democrática foi analisada pela articulista como causa

da forte influência de nações como a China, a fim de estreitarem relações ideológicas e políticas pouco contestadas, consolidando práticas autoritárias e nocivas à democracia local. **Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.**

- F – V – V – F – V.
- F – F – V – F – V.
- V – F – V – F – F.
- V – V – F – V – V.
- F – V – V – F – F.

03. Leia as afirmações abaixo acerca de trechos do texto e seus elementos constitutivos antes de avaliar o que se pede.

- Em trechos como **“A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe.”** (3º par.); além de **“Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso como se isso fosse um ato inédito.”** (3º par.), há em destaque expressões que contextualmente criticam o mesmo segmento social presente ainda na seguinte passagem: **“O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético. Trump não se encaixa no imaginário moral da imprensa progressista. Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional. Essa inversão revela mais sobre quem acusa do que sobre quem decide.”** (5º par.)
- Em **“Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de “golpismo institucional”.** (4º par.) e **“Depois da operação, o cenário mudou. Não porque todos passaram a apoiar Washington – não passaram –, mas porque a ilusão de que os Estados Unidos haviam abdicado do hemisfério caiu por terra.”** (12º par.); nota-se a presença de um recurso estilístico cujas expressões em destaque representam “o governo americano” como associação semântica por substituição de vocábulos, o que contribui para a coesão do texto.
- Em **“Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.”** (2º par.), nota-se em destaque expressões que, no contexto, são referentes à expressão “golpismo institucional” (4º par.), a fim de reforçar a crítica feitas pela articulista.
- Em **“Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina Monroe estabeleceu um princípio simples e duradouro: o Hemisfério Ocidental não estaria mais aberto à colonização ou interferência de potências europeias. Em troca, os Estados Unidos se comprometeriam a não intervir nos assuntos internos do Velho Mundo. Não era um gesto imperial, mas defensivo.”** (7º par.), a autora faz uso de uma alusão histórica como justificativa favorável à ação do governo americano a fim de exemplificar como, na prática, a Doutrina Monroe representou, no episódio da Venezuela, um mecanismo jurídico de base legal executada segundo o seu método, contudo alterando sua essência.
- Nota-se que a **“lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas”** (2º par.), ao longo



da progressão do texto I, é reiterada como justificativa analítica e crítica em expressões destacadas na seguinte passagem: “A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações. A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar.” (14º par.).

Pode-se considerar correto, segundo a intencionalidade autoral do texto I e suas ideias presentes, o que foi afirmado acima apenas em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) II, IV e V.
- d) I, II e V.
- e) II, III e IV.

04. Sobre as regras de Acentuação gráfica, conforme o Novo Acordo vigente da Língua Portuguesa, assinale a alternativa cuja análise para as palavras em destaque encontra-se correta.

- a) “Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado.” (1º par.) – embora possuam tonicidade silábica distinta, os dois vocábulos em destaque são acentuados por possuírem a mesma terminação.
- b) “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas” (2º par.) – as proparoxítonas em destaque serão sempre acentuadas quando forem apenas Adjativos.
- c) “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso” (3º par.) – as palavras em destaque possuem duas justificativas oficiais para serem acentuadas, o que ocorre em função da dupla possibilidade de prosódia e, consequentemente, de separação silábica aceita na língua portuguesa.
- d) “O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético.” (5º par.) – as palavras em destaque são acentuadas por serem paroxítonas, o que justifica o uso do acento tônico em qualquer situação.
- e) “E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças.” (12º par.) – a terminação de cada monossílabo átono em destaque determina a necessidade ou não do uso do acento tônico, o que diferencia a escrita das duas últimas em relação à primeira.

05. Leia as afirmações abaixo sobre o processo de formação de palavras de cada expressão em destaque antes de julgar o que se pede:

- I. “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora...” (3º par.) – a palavra foi formada por prefixação e, argumentativamente, usada para direcionar a crítica a uma parcela de mídia cuja conduta jornalística se revela parcial, segundo a articulista.
- II. “Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada,...” (8º par.) – palavra formada por parassíntese com colocação simultânea de prefixo e sufixo, a fim de significar contextualmente as diferentes formas de análise pelas quais a doutrina passou ao longo da história.

III. “Em 2026, a captura de Nicolás Maduro não revive a Doutrina Monroe em sua forma original; ela reafirma sua lógica essencial em um mundo multipolar” (8º par.) – as palavras em destaque possuem a presença do mesmo tipo de afixo nas respectivas derivações.

IV. “A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar.” (14º par.) – nota-se em destaque um substantivo abstrato formado por derivação em relação ao verbo capturar.

V. “A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável.” (14º par.) – o vocábulo foi formado pela colocação de prefixo e de sufixo, alterando a classe morfológica da base primitiva ao transformar-se em Adjetivo.

Pode-se dizer que se encontra incorreto o que foi dito acima apenas em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) II e III.
- d) I e V.
- e) II, III e IV.

06. Assinale a alternativa cuja indicação de classe morfológica esteja gramaticalmente correta para a expressão em destaque.

- a) “...já sob Barack Obama, forças especiais dos Estados Unidos entraram em território paquistanês para eliminar Osama bin Laden” (1º par.) – Adjetivo pátrio usado para caracterizar o substantivo precedente, a fim de indicar a exatidão de um topônimo.
- b) “Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento...” (2º par.) – verbo “capturar” de primeira conjugação flexionado na terceira pessoa do singular.
- c) “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe.” (3º par.) – Adjetivo usado para caracterizar o Substantivo “detalhe”, expressando valor semântico de “fato anterior ou antecedente”.
- d) “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia.” (4º par.) – Conjunção subordinativa adverbial de modo.
- e) “Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional.” (5º par.) – Artigo definido feminino a fim de especificar o Substantivo “ameaça”.

07. Analise as afirmações abaixo sobre elementos constitutivos do texto I em fragmentos específicos, antes de julgar o que se pede.

- () “Três presidentes, três operações cirúrgicas, três decisões tomadas sem consulta prévia ao Congresso – e apenas uma delas passou a ser tratada como escândalo institucional.” (2º par.) – conjunção coordenativa adversativa, podendo, assim, ser substituída pela expressão “todavia” ou “porém”.
- () “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a de que a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.) – a expressão sublinhada cumpre papel coesivo referencial ao representar contextualmente “a lógica de poder”.
- () “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe



essencial: o precedente existe. **Ele não é obscuro nem controverso. Ele é histórico.** (3º par.) – a ideia estabelecida entre os dois últimos períodos é a de conclusão, podendo-se inserir o elemento coesivo “Portanto” no início do último, a fim de manter o valor semântico inicial.

() “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de ‘golpismo institucional’. Ao contrário: as ações foram entendidas como exercício legítimo do poder executivo **em defesa da segurança nacional.** (4º par.) – a expressão em destaque estabelece valor de causa no contexto em que fora empregada.

() “O mundo que emerge após janeiro de 2026 é menos confortável para ditadores, menos previsível para burocracias internacionais e mais exigente para aliados hesitantes. É um mundo **em que** a aposta na erosão lenta das democracias passa a ter custo real;” (15º par.) – a expressão em destaque poderia ser corretamente substituída pelo conectivo “onde” a fim de manter o caráter semântico e gramatical no contexto, uma vez que se trata de um pronome relativo exercendo valor anafórico.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) V – V – F – F – V.
- b) F – V – F – V – V.
- c) V – F – V – V – F.
- d) F – V – F – F – V.
- e) V – V – F – V – V.

08. Assinale a alternativa cuja proposição de rescrita de um fragmento do texto I esteja em desacordo com o valor semântico ou a correção gramatical da Língua Portuguesa.

- a) “Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, a legitimidade menos ainda.” (5º par.) / “Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, tampouco a legitimidade.”
- b) “A História não voltou por nostalgia. Voltou porque foi chamada, voltou por omissão, por excesso de tolerância, por esquecimento das lições mais básicas do poder. (16º par.) / “A História não voltou por nostalgia. Voltou porque os Estados e seus líderes esqueceram das lições mais básicas do poder.
- c) “Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada, expandida e, por vezes, instrumentalizada, mas seu núcleo permaneceu intacto: nenhuma grande potência tolera a consolidação de adversários estratégicos em sua vizinhança direta.” (8º par.) / “Ao longo dos séculos, reinterpretou-se, expandiu-se e, por vezes, instrumentalizou-se a doutrina, mas seu núcleo permaneceu intacto: a consolidação de adversários estratégicos, em sua vizinhança direta, não é tolerada por nenhuma grande potência.
- d) “A Venezuela havia se tornado um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, passando por Havana, Teerã, Moscou e Pequim.” (6º par.) / “A Venezuela se tornara um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, com passagem por Havana, Teerã, Moscou e Pequim.
- e) “Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações.” (14º par.)

/ Por período demasiado, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazer isso, permitiu a consolidação de regimes que não compartilhavam seus valores, mas que se beneficiavam de suas hesitações.

09. A partir das regras da gramática normativa da Língua Portuguesa, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Em “Agora, em janeiro de 2026, a captura **de Nicolás Maduro** recoloca esse mesmo fio histórico em movimento.” (2º par.), encontra-se em destaque um sintagma preposicionado cuja função sintática exercida é a de Adjunto nominal, na medida em que este termo possui valor paciente em relação ao nome que completa.
- b) Em “Não **se** trata apenas da queda de um ditador latino-americano” (2º par.) o vocábulo em destaque é um índice de indeterminação do sujeito cuja regra de concordância verbal exige a conjugação do verbo ao qual se liga – trata – em terceira pessoa do singular.
- c) Em “Ele não é obscuro **nem** controverso.” (3º par.), a expressão em destaque poderia ser substituída por “tão pouco” a fim de manter a correção e o valor semântico aditivo no contexto.
- d) Em “**A região** voltou a ser estratégica. E isso, por si só, já altera **comportamentos, discursos e alianças.**” (12º par.), nota-se a presença de um sujeito simples na primeira oração cujo núcleo é o vocábulo “região”; porém, na segunda, há um sujeito composto cuja concordância atrativa justifica a flexão na terceira pessoa do singular.
- e) Em “Não por nostalgia de um passado imperial, mas por reconhecimento **de que a liberdade não se sustenta sozinha**” (14º par.), encontra-se destacada uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

10. Analise as afirmações abaixo sobre justificativas de uso da Pontuação, antes de julgar o que se pede.

- () Em “Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado.” (1º par.), nota-se que as vírgulas foram usadas com o mesmo propósito de isolar Adjuntos Adverbiais deslocados.
- () Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a de que a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.), os dois pontos anunciam uma fala de teor explicativo possuindo natureza catafórica.
- () Em “China, Rússia e Irã avançaram na América Latina porque puderam.” (10º par.), a vírgula foi usada para separar topônimos que exercem função sintática de Adjunto Adverbial e que se encontram deslocados no período.
- () Em “Antes da captura de Maduro, a América Latina vivia uma fragmentação silenciosa.” (11º par.) e “Depois da operação, o cenário mudou.” (12º par.), cada vírgula foi usada de forma obrigatória para isolar expressões explicativas no contexto, consideradas essenciais e integrantes da oração.
- () Em “Na Europa, a reação foi previsível: preocupação formal, condenações retóricas, apelos à legalidade internacional.” (13º par.), os dois pontos foram utilizados a fim de anunciarem uma fala de teor explicativo no contexto; a primeira vírgula marca o deslocamento de um termo na oração; já as outras duas vírgulas separam termos de mesma função sintática.



Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) F – F – V – F – F.
- b) F – V – F – F – F.
- c) V – F – V – V – V.
- d) F – V – F – F – V.
- e) V – V – F – F – V.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere os polinômios:

$$P(x) = 3x^4 - 5x^3 + 2x - 8$$

$$Q(x) = x^2 - 3x + 2$$

Ao dividir $P(x)$ por $Q(x)$, obtém-se um quociente $S(x)$ e um resto $R(x)$, sendo que o resto deve ter grau menor que 2. Qual é o polinômio que representa corretamente o resto dessa divisão?

- a) $R(x) = -x + 4$
- b) $R(x) = 2x - 8$
- c) $R(x) = -x + 2$
- d) $R(x) = x - 6$
- e) $R(x) = 12x - 20$

12. Um capital de R\$ 6.000,00 é aplicado em juros simples à taxa de 2% ao mês durante x meses. Sabe-se que o montante obtido é de R\$ 8.160,00. Qual é o valor de x?

- a) 14
- b) 16
- c) 18
- d) 20
- e) 24

13. Considere a palavra: COMBINATORIA (ignorando acento: COMBINATORIA). Quantos anagramas distintos podem ser formados de modo que todas as vogais fiquem juntas?

- a) 151.200
- b) 302.400
- c) 378.000
- d) 453.600
- e) 504.000

14. Uma empresa realizou uma pesquisa interna para saber em quais atividades os funcionários participam. Os resultados foram organizados em três conjuntos:

- A = funcionários que participam do treinamento de segurança.
- B = funcionários que participam do curso de informática.
- C = funcionários que participam do grupo de leitura técnica.

Os conjuntos são:

$$A = \{1,2,3,4,5,6\}$$

$$B = \{3,4,7,8\}$$

$$C = \{2,4,6,8,9\}$$

A gerência deseja identificar quais funcionários participam de exatamente duas das três atividades. Quais funcionários satisfazem essa condição?

- a) $\{2, 3, 4, 6\}$
- b) $\{3, 4, 6, 8\}$
- c) $\{2, 3, 4, 8\}$
- d) $\{2, 4, 6, 8\}$
- e) $\{3, 4, 8\}$

15. A função que descreve o crescimento de uma colônia é: $f(t) = 50 \cdot 2^t$, onde t é o tempo em horas. Após quantas horas o valor de $f(t)$ atinge 1600?

- a) 5
- b) 4
- c) 2
- d) 6
- e) 7

CONHECIMENTOS GERAIS

16. A formação histórica do território do atual Município de Anguera (BA) relaciona-se à presença indígena, à ocupação colonial por meio de concessões de terras e, posteriormente, ao surgimento de um núcleo populacional no século XIX. Considerando esse processo de povoamento, assinale a alternativa correta.

- a) A ocupação inicial do território ocorreu sobretudo com a mineração aurífera no século XVIII, o que levou à criação imediata de um arraial e, em seguida, à emancipação municipal ainda no período imperial.
- b) A origem do núcleo urbano está associada à instalação de um povoado no século XIX, impulsionado por equipamentos comunitários (como capela e escola) e por fluxos regionais de circulação, a exemplo do trânsito de tropeiros e do intercâmbio comercial entre áreas do interior e centros do Recôncavo.
- c) A povoação consolidou-se apenas após a inauguração da BA-052, na década de 1970, sendo inexistentes registros relevantes de núcleo comunitário anterior, o que explica a tardia formação do distrito-sede.
- d) O povoamento foi predominantemente promovido por imigração europeia organizada no início do século XX, ligada à cafeicultura, com criação de colônias agrícolas oficiais no território do município.
- e) A principal base do povoamento foi a instalação de um grande porto fluvial no século XIX, responsável por atrair comércio internacional e estabelecer Anguera como entreposto do Recôncavo, substituindo a centralidade de Cachoeira.

17. O processo de emancipação política de diversos municípios baianos ocorreu principalmente ao longo do século XX, quando distritos pertencentes a municípios maiores passaram a reivindicar autonomia administrativa. Nesse contexto, considerando a formação político-administrativa do Município de Anguera, assinale a alternativa correta.

- a) O município de Anguera foi criado por meio da Lei Estadual nº 1.558, de 20 de novembro de 1961, quando o então distrito, anteriormente pertencente ao município de Feira de Santana, foi desmembrado e elevado à categoria de município.
- b) A emancipação política de Anguera ocorreu ainda no período imperial, quando o povoado de Almas foi elevado



diretamente à condição de município por decreto da Coroa Portuguesa, desvinculando-se do território de Cachoeira.

c) A criação do município ocorreu após a Constituição Federal de 1988, que determinou a reorganização territorial da Bahia e promoveu a emancipação automática de diversos distritos do interior do estado.

d) A emancipação política de Anguera foi resultado de um processo de fusão administrativa entre os municípios de Serra Preta e Feira de Santana, que originou uma nova unidade territorial autônoma.

e) O município de Anguera foi criado durante a década de 1930, no contexto das reformas administrativas promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, que reorganizaram os territórios municipais da Bahia.

18. A Constituição Federal e as leis orgânicas municipais frequentemente estabelecem competências compartilhadas entre os entes federativos, visando à cooperação administrativa na promoção do interesse público. Nesse contexto, de acordo com o Art. 19 da Lei Orgânica do Município de Anguera, assinale a alternativa correta.

a) É competência comum do Município, da União e do Estado combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

b) A fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais constitui atribuição exclusiva da União, sendo vedada a atuação municipal.

c) A implantação de políticas de educação para segurança no trânsito constitui competência exclusiva dos municípios, não cabendo atuação da União ou dos Estados.

d) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição são competências exclusivamente municipais, não podendo ser exercidas de forma compartilhada.

e) A promoção de programas habitacionais é vedada aos municípios, por se tratar de competência exclusiva da União.

19. A Lei Orgânica do Município de Anguera estabelece, em seu Art. 18, diversas competências privativas atribuídas ao Poder Público municipal. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Município legislar exclusivamente sobre matérias de direito penal e processual penal.

b) Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

c) Compete ao Município editar normas gerais sobre comércio exterior e relações internacionais.

d) Compete ao Município legislar sobre o sistema monetário nacional e a política cambial.

e) Compete ao Município disciplinar exclusivamente matérias relacionadas ao direito eleitoral.

20. Em dezembro de 2025, ocorreu em Nairóbi, no Quênia, uma importante reunião internacional voltada à agenda ambiental global. O encontro reuniu ministros, organizações internacionais e representantes da sociedade civil para discutir soluções para desafios ambientais e climáticos globais. Esse evento corresponde à:

a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

b) Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Segurança Global.

c) Sétima Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-7).

d) Conferência Internacional do G20 sobre Transição Energética.

e) Cúpula Internacional da Organização Mundial do Comércio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A transferência da Corte Joanina para o Rio de Janeiro impôs uma renegociação dos estatutos jurídicos do Império Luso com a potência hegemônica britânica. Sobre os Tratados de 1810, assinale a alternativa correta:

a) A instituição da extraterritorialidade judiciária conferiu aos súditos britânicos no Brasil um foro privilegiado sob jurisdição de juízes conservadores ingleses.

b) O Tratado de Comércio fixou a tarifa aduaneira de 15% para manufaturas britânicas como medida deliberada de D. João para fomentar o desenvolvimento industrial mineiro.

c) O Tratado de Aliança e Amizade continha cláusulas de cessão territorial imediata de Angola à Grã-Bretanha em contrapartida à proteção naval do Porto do Rio.

d) A abertura dos portos (1808) foi revogada juridicamente pelos Tratados de 1810, visando a restauração do regime de exclusivo comercial metropolitano centralizado em Lisboa.

e) Os privilégios de 1810 eram restritos exclusivamente ao corpo diplomático, sendo vedada a extensão de direitos de culto a residentes civis britânicos.

22. A outorga da Constituição de 1824 por D. Pedro I, após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 (a "Noite da Agonia"), estabeleceu as bases do Estado Nacional brasileiro. Sobre a organização política e as tensões desse período, assinale a alternativa correta:

a) O Poder Moderador, exclusividade do Monarca, servia como um mecanismo de equilíbrio que impedia a interferência do Executivo sobre o Legislativo, garantindo a plena autonomia das províncias.

b) A Confederação do Equador (1824) foi um movimento de caráter republicano e separatista que surgiu em Pernambuco como reação ao autoritarismo centralizador do Imperador e à imposição da Carta Outorgada.

c) O reconhecimento da independência brasileira por Portugal foi imediato e incondicional, devido aos laços dinásticos entre a Casa de Bragança e os interesses da Santa Aliança.

d) A Guerra da Cisplatina (1825-1828) consolidou a popularidade de D. Pedro I, pois a vitória militar brasileira reafirmou a hegemonia do Império no Rio da Prata.

e) O Partido Português, principal base de apoio do Imperador, defendia a imediata abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho para garantir a continuidade da influência britânica no comércio de café.

23. O reconhecimento da Independência do Brasil (1822) no sistema internacional esteve condicionado a negociações diplomáticas que envolveram compensações financeiras, compromissos políticos e pressões ligadas ao tráfico atlântico de escravos. Acerca desse processo, assinale a alternativa correta:

a) Portugal reconheceu a independência brasileira de forma imediata e sem imposição de compensações financeiras, em virtude da mediação da Santa Aliança.



b) A Convenção firmada com a Grã-Bretanha em 1826 determinou a equiparação imediata do tráfico negreiro ao crime de pirataria, com aplicação automática de tribunais internacionais mistos.

c) A Santa Aliança condicionou formalmente o reconhecimento da independência brasileira à adoção de um regime republicano representativo, como forma de conter a expansão do absolutismo no Atlântico.

d) O reconhecimento português, formalizado em 1825, implicou o pagamento de indenização ao governo de Lisboa, viabilizada por empréstimo obtido junto à banca britânica.

e) A França reconheceu a independência brasileira apenas após a restauração do regime de exclusivo comercial que beneficiava as manufaturas metropolitanas europeias.

24. A política externa do Segundo Reinado buscou assegurar o equilíbrio regional e a livre navegação na Bacia Platina. Sobre as intervenções brasileiras e as crises diplomáticas, assinale a alternativa correta:

a) O desfecho da Questão Christie (1862-1865) evidenciou o fortalecimento da diplomacia brasileira após o laudo arbitral favorável expedido pelo Rei Leopoldo I da Bélgica.

b) A lei Bill Aberdeen (1845) estabeleceu um acordo diplomático amigável entre Inglaterra e Brasil, determinando que navios apreendidos com escravizados deveriam ser julgados exclusivamente por tribunais brasileiros, respeitando a soberania nacional.

c) A intervenção brasileira contra Juan Manuel de Rosas (1851) visava obstar a formação de um bloco platino unificado que ameaçasse o acesso hidroviário ao Mato Grosso.

d) O rompimento de relações com a Inglaterra em 1863 inviabilizou o suporte financeiro londrino necessário para a deflagração da Guerra contra o Paraguai.

e) O Tratado da Tríplice Aliança (1865) estabelecia a fragmentação total e a anexação proporcional do território paraguaio pelos aliados ao fim das hostilidades.

25. A Conferência de Berlim (1884–1885), convocada por Otto von Bismarck, estabeleceu princípios jurídicos que reorganizaram a lógica da expansão imperialista europeia na África, formalizando critérios para o reconhecimento internacional da soberania colonial. Com base nas resoluções adotadas nesse encontro, assinale a alternativa correta:

a) O princípio da ocupação efetiva estabeleceu que a posse colonial só seria reconhecida internacionalmente mediante comprovação de presença administrativa e autoridade real no território reivindicado.

b) A bacia do Congo foi convertida em protetorado coletivo das potências europeias sob supervisão de um organismo internacional permanente responsável por regular o comércio regional.

c) As fronteiras estabelecidas na Conferência foram definidas com base em critérios étnicos e linguísticos, buscando preservar a organização sociopolítica das populações africanas.

d) O Estado Independente do Congo foi incorporado diretamente ao Estado belga, ficando proibida sua exploração como domínio pessoal do monarca.

e) A Conferência instituiu um cronograma de transição administrativa que previa a emancipação política gradual das colônias africanas no prazo máximo de dez anos.

26. O arranjo político da Primeira República (1889-1930) estruturou-se sob um pacto de compromisso entre as oligarquias estaduais e o Poder Executivo Federal. Sobre essa mecânica, assinale a opção correta:

a) A "Política dos Governadores" funcionou como um sistema de descentralização tributária que conferia autonomia fiscal plena aos municípios produtores de café.

b) A Reforma Constitucional de 1926 garantiu a elegibilidade de sargentos e soldados, visando a democratização das Forças Armadas.

c) O Convênio de Taubaté (1906) foi uma iniciativa exclusiva da União, que utilizou fundos do Tesouro Nacional para a compra de excedentes cafeeiros sem endividamento externo.

d) O Tenentismo surgiu na década de 1920 como um movimento de sustentação à Política dos Governadores, buscando a profissionalização do exército e a manutenção do voto aberto.

e) A Comissão Verificadora de Poderes operava a "degola" parlamentar, servindo como o filtro institucional que garantia a diplomação apenas de candidatos alinhados ao pacto governista.

27. Sobre o Tratado de Versalhes e seus desdobramentos, assinale a alternativa correta:

a) O Tratado promoveu uma paz negociada com base no princípio da igualdade soberana entre vencedores e vencidos, assegurando à Alemanha participação ativa nas deliberações finais.

b) A criação do chamado "Corredor Polonês" garantiu à Polônia acesso ao Mar Báltico, ao mesmo tempo em que separou territorialmente a Prússia Oriental do restante da Alemanha.

c) A desmilitarização da Renânia foi acompanhada da incorporação definitiva da região ao território francês como garantia de segurança contra futuras agressões alemãs.

d) O sistema de mandatos estabelecido pela Liga das Nações assegurou plena autonomia administrativa às ex-colônias alemãs e otomanas, antecipando sua independência imediata.

e) As reparações impostas à Alemanha foram integralmente pagas até 1925, encerrando as disputas financeiras que marcaram o período entreguerras.

28. O período compreendido entre 1930 e 1934 é caracterizado pela suspensão do ordenamento constitucional e pela centralização do poder. Sobre esse cenário, assinale a alternativa correta:

a) O Decreto nº 19.398 (1930) acumulou nos órgãos do Governo Provisório os poderes Legislativo e Executivo, suspendendo discricionariamente as garantias individuais.

b) A Revolução Constitucionalista de 1932 foi uma reação das elites industriais de São Paulo contra a instituição compulsória do salário-mínimo por Getúlio Vargas.

c) O Código Eleitoral de 1932, ao instituir o voto feminino, manteve o voto a descoberto (aberto) como estratégia de manutenção do controle oligárquico.

d) A nomeação de interventores federais nos estados foi uma medida transitória que cessou imediatamente após a criação do Ministério do Trabalho.

e) A Constituição de 1934 instituiu o Estado Novo de forma imediata, extinguindo a federação e centralizando a justiça eleitoral no Executivo.

29. A Guerra da Coreia (1950–1953) evidenciou os limites da estratégia de contenção e a complexidade das guerras



periféricas no sistema bipolar. O conflito envolveu atores regionais e globais, testando a capacidade das superpotências de administrar a escalada militar sem desencadear confronto nuclear direto. Sobre o conflito e seus impactos estratégicos, assinale a alternativa correta:

- a) A travessia do paralelo 38 pelas forças norte-coreanas foi imediatamente seguida por reconhecimento diplomático internacional unânime da reunificação sob o governo de Pyongyang.
- b) A assinatura do armistício implicou a retirada imediata de todas as forças estrangeiras da península e a dissolução das alianças militares estabelecidas durante o conflito.
- c) A guerra resultou na substituição formal da política de contenção pela estratégia de “rollback”, com ofensiva direta contra o território soviético.
- d) A entrada de tropas chinesas no conflito alterou o equilíbrio militar, transformando uma ofensiva quase vitoriosa das forças lideradas pelos Estados Unidos em um impasse próximo à linha original de divisão.
- e) O conflito consolidou a neutralidade militar do Japão, impedindo sua integração ao sistema de segurança liderado pelos Estados Unidos na Ásia-Pacífico.

30. A Revolução Cubana de 1959 e seus desdobramentos diplomáticos alteraram a dinâmica das relações interamericanas. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) O movimento M-26-7 liderado por Fidel Castro declarou-se de orientação marxista-leninista desde o desembarque do iate Granma em 1956.
- b) A resolução da Crise dos Mísseis (1962) incluiu um compromisso secreto de retirada de mísseis americanos da Turquia em contrapartida à retirada soviética de Cuba.
- c) A Aliança para o Progresso (Kennedy) consistiu em um programa focado estritamente no apoio militar a regimes ditatoriais para combater o foco guerrilheiro.
- d) O fracasso da invasão da Baía dos Porcos (1961) impulsionou Cuba a buscar uma reintegração incondicional à OEA sob supervisão americana.
- e) As nacionalizações de ativos americanos em 1960 foram medidas de represália após os EUA terem financiado o retorno de Fulgêncio Batista ao poder.

31. Os processos de independência na Ásia e na África, intensificados após a Segunda Guerra Mundial, transformaram profundamente o sistema internacional. A crise dos impérios coloniais europeus, a ascensão dos nacionalismos anticoloniais e a dinâmica bipolar da Guerra Fria alteraram o equilíbrio geopolítico global, ampliando o número de Estados soberanos e deslocando o eixo das disputas estratégicas para o chamado Terceiro Mundo. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A Conferência de Bandung (1955) vetou expressamente a criação do Movimento dos Países Não Alinhados por pressão diplomática das Nações Unidas.
- b) A Guerra da Argélia (1954–1962) constituiu um processo de descolonização negociado e pacífico, conduzido diretamente por Charles de Gaulle desde o início do conflito.
- c) As colônias portuguesas na África, como Angola e Moçambique, conquistaram suas independências ainda na década de 1950, acompanhando a tendência britânica de transição gradual.

d) O regime do Apartheid na África do Sul foi extinto como cláusula impositiva das resoluções estabelecidas na Conferência de Berlim do século XIX.

e) A independência da Índia (1947) foi marcada pela partição traumática do território em dois Estados soberanos — Índia e Paquistão — estruturada a partir de clivagens religiosas entre hindus e muçulmanos.

32. A Revolta dos Sargentos (1963) é considerada um dos marcos da erosão da legalidade e da disciplina militar no governo João Goulart. Sobre esse episódio, assinale a alternativa correta:

- a) A revolta em Brasília foi motivada pela proposta do Executivo de dissolução do Congresso e criação de milícias operárias subordinadas aos sargentos.
- b) O movimento de indisciplina foi apoiado pela cúpula das Forças Armadas, que via na ascensão dos praças uma forma de democratizar a estrutura militar.
- c) O episódio resultou na deposição sumária de João Goulart pelo STF, sob acusação de incitamento à rebelião militar.
- d) O estopim da revolta foi a confirmação, pelo Poder Judiciário (STF), da inelegibilidade de praças para cargos legislativos, ferindo as pretensões políticas dos graduados.
- e) A Revolta dos Sargentos constituiu uma articulação da UDN para viabilizar o sufrágio dos analfabetos nas eleições presidenciais de 1965.

33. A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), no contexto do Estado Novo, integrou um amplo projeto de organização corporativa das relações entre capital e trabalho. Com base nesse contexto histórico, assinale a alternativa correta:

- a) A unicidade sindical e o imposto sindical obrigatório transformaram os sindicatos em órgãos de colaboração estatal, restringindo sua autonomia e limitando a organização autônoma da luta de classes.
- b) A Justiça do Trabalho foi estruturada em 1941 como órgão administrativo independente do Poder Judiciário, com o objetivo de impedir a judicialização dos conflitos trabalhistas.
- c) A Constituição de 1937 assegurou o direito de greve como instrumento essencial à defesa do desenvolvimento econômico nacional.
- d) O modelo trabalhista varguista fundamentou-se no liberalismo contratual, privilegiando a livre negociação coletiva sem intervenção estatal.
- e) A legislação trabalhista da Era Vargas priorizou o setor agrário, estendendo integralmente os direitos da CLT aos trabalhadores rurais já em 1943.

34. A deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, deve ser compreendida no contexto das transformações internas e externas provocadas pela Segunda Guerra Mundial. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) A adesão brasileira aos Aliados implicou imediata liberalização institucional, culminando na revogação automática da Constituição de 1937 ainda durante o conflito.
- b) A criação de novos partidos políticos em 1945, como a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD, ocorreu sob rígido controle do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), preservando o caráter plebiscitário do regime.
- c) A atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália intensificou tensões internas nas Forças Armadas, contribuindo para a articulação de setores militares que passaram a defender



a incompatibilidade entre o esforço antifascista externo e a manutenção do Estado Novo.

d) O movimento “Queremista” expressou a convergência entre a UDN e o PCB na defesa de uma transição pactuada que mantivesse Vargas como árbitro institucional do processo eleitoral.

e) A deposição de Vargas resultou da radicalização operária no imediato pós-guerra, cujo projeto revolucionário inviabilizou qualquer alternativa de transição negociada.

35. A Guerra Fria estruturou-se como um sistema internacional bipolar baseado na dissuasão nuclear e na lógica da *Mutual Assured Destruction* (MAD). A estabilidade estratégica entre as superpotências dependia da manutenção do equilíbrio nuclear, enquanto conflitos nas periferias do sistema funcionavam como arenas de disputa indireta, frequentemente tensionando os limites da escalada militar.

Considerando as dinâmicas centrais e periféricas desse período, assinale a alternativa correta:

a) A Crise dos Mísseis de Cuba (1962) evidenciou os riscos do *brinkmanship* nuclear e resultou tanto na retirada dos mísseis soviéticos instalados em Cuba quanto na retirada dos mísseis norte-americanos da Turquia, além da criação de um canal direto de comunicação entre Washington e Moscou.

b) O Plano Marshall foi concebido prioritariamente como mecanismo de sanção econômica contra governos europeus que incluíssem partidos comunistas, impondo bloqueios comerciais formais aos países que rejeitassem alinhamento ideológico explícito.

c) A Conferência de Bandung consolidou um terceiro bloco militar coeso e institucionalmente integrado, capaz de rivalizar estrategicamente com as alianças lideradas por Estados Unidos e União Soviética.

d) As guerras da Coreia e do Vietnã levaram à substituição formal da política de contenção (*containment*) por uma estratégia oficial de ofensiva direta contra o território soviético (*rollback*) ainda na década de 1960.

e) A consolidação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia eliminou a ocorrência de conflitos armados indiretos, uma vez que a dissuasão nuclear estabilizou completamente o sistema internacional.

36. De acordo com o Art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que define as incumbências dos estabelecimentos de ensino, assinale a alternativa correta:

a) Cabe exclusivamente aos docentes, de forma isolada, a elaboração e a execução da proposta pedagógica, ficando a escola responsável apenas pela administração financeira.

b) A promoção de medidas de conscientização e prevenção ao bullying e ao uso de drogas é uma recomendação facultativa, devendo ser implementada apenas se houver solicitação do Conselho Escolar

c) As escolas devem notificar ao Conselho Tutelar do Município apenas os alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei.

d) A incumbência de informar sobre a frequência e o rendimento dos alunos restringe-se ao genitor que detém a guarda do estudante, não se aplicando ao pai ou à mãe não convivente.

e) Os estabelecimentos de ensino têm o dever de notificar ao Conselho Tutelar ocorrências e dados relativos a casos de

violência que envolvam seus alunos, como automutilações e tentativas de suicídio.

37. De acordo com o Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), o ensino brasileiro deve ser ministrado com base em princípios específicos que norteiam a prática pedagógica e a gestão escolar. Com base nos incisos apresentados, assinale a alternativa que indica corretamente um desses princípios:

a) Obrigatoriedade de uniformidade de currículos e de concepções pedagógicas em todas as redes de ensino.

b) Prevalência das instituições públicas sobre as privadas, visando a extinção gradual do ensino particular.

c) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

d) Garantia de acesso à escola, sendo a permanência uma responsabilidade exclusiva da família do aluno.

e) Restrição da liberdade de divulgação de pensamentos que divirjam da orientação pedagógica oficial da instituição.

38. Com base no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que estabelece os princípios fundamentais do ensino no Brasil, assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses preceitos:

a) Ingresso dos profissionais da educação nas redes públicas mediante livre nomeação pelos órgãos municipais e estaduais, independentemente de concurso.

b) Gratuidade do ensino em todos os estabelecimentos de educação infantil e fundamental, inclusive na rede privada.

c) Garantia de acesso universal à escola, ficando a permanência do aluno sob responsabilidade exclusiva das instituições assistenciais.

d) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

e) Liberdade de ensinar e pesquisar, desde que o conteúdo divulgado esteja em estrita conformidade com a doutrina oficial do Estado.

39. Com base nos princípios da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Art. 2º), assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses preceitos, considerando as atualizações legislativas recentes:

a) Reconhecimento da educação especial como um direito exclusivo dos estudantes com deficiência física, sendo facultativo aos demais grupos.

b) Promoção da igualdade estrita, vedando-se a aplicação do princípio da equidade para evitar tratamentos diferenciados no ambiente escolar.

c) Combate, no contexto educacional, ao capacitismo e à discriminação em todas as suas formas.

d) Garantia de acessibilidade restrita às barreiras arquitetônicas, ficando o desenvolvimento de tecnologias sob responsabilidade exclusiva da iniciativa privada.

e) Consolidação do trabalho intersetorial como estratégia opcional, a ser aplicada apenas quando houver recursos excedentes no sistema de ensino.

40. Com base no Art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata do direito à educação, assinale a alternativa correta:

a) O direito de contestar critérios avaliativos é assegurado ao aluno, devendo a decisão final ser restrita ao professor regente da disciplina.



- b)** Aos pais ou responsáveis é garantido apenas o direito de ter ciência do processo pedagógico, sendo a definição das propostas educacionais competência exclusiva da escola.
 - c)** O pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para a cidadania são objetivos da educação, porém a qualificação para o trabalho é facultativa e depende de regulamentação municipal.
 - d)** O direito de organização e participação em entidades estudantis é restrito aos adolescentes cursando o ensino médio, não se aplicando às crianças do ensino fundamental.
 - e)** É assegurado à criança e ao adolescente o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, com a garantia de vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
-

